

RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.634 - SC (2012/0213795-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : LEA MYRIAM FERREIRA ANTUNES
REPR. POR : GISELLE FERREIRA ANTUNES MACHADO
ADVOGADO : GISELLE FERREIRA ANTUNES MACHADO E OUTRO(S) - SC017451

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 228):

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE EX-COMBATENTE. PENSÃO ESTATUTÁRIA. CUMULATIVIDADE - POSSIBILIDADE. FILHA MAIOR, CASADA E INVÁLIDA - BENEFICIÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TUTELA ANTECIPADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É possível a cumulação da pensão especial de ex-combatente com benefício previdenciário regido pelo regime geral, haja vista que a pensão estatutária por morte de servidor público civil se reveste da natureza de benefício previdenciário, restando admissível a sua cumulação com a pensão especial de ex-combatente.
2. Em se tratando de pensão por morte, a lei aplicável é a vigente ao tempo do óbito do instituidor.
3. Se o óbito ocorreu na vigência da Lei nº 8.059/90, pode a filha maior de 21 anos de idade e casada, que comprovadamente é inválida antes da morte do instituidor do benefício, vir a ser configurado como dependente de ex-combatente.
4. Às verbas remuneratórias devidas a servidores ou empregados públicos pela União serão acrescidas de juros de mora no percentual a ser determinado pela data de ajuizamento da ação, se anterior ou posteriormente à vigência da MP nº 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei nº 9.494/97.
5. Presente a conjugação dos legais pressupostos a tanto, impõe-se a concessão de tutela antecipada em ação ordinária que visa a percepção, pela parte autora, de pensão pela morte de seu companheiro, não se subsumindo, a pretensão, àquelas hipóteses que vedam o trato antecipatório em face da Fazenda Pública.
6. Os honorários advocatícios devem ser fixados atendendo aos critérios fixados pelo artigo 20, § 3º do CPC, de acordo com o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para o seu serviço, e o padrão desta Terceira Turma.

Os embargos de declaração da insurgente foram rejeitados e os da parte

Superior Tribunal de Justiça

recorrida acolhidos para correção de erro material (e-STJ, fls. 255-261).

Sustenta a recorrente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

Assevera que a decisão colegiada foi omissa em apreciar os seguintes pontos:

Lei 8059/90, arts. 2º, 5º, III, art. 14, III, art. 331, I; CPC, art. 1184 e Lei nº 8.059/90, art. 5º, parágrafo único - pensão de ex-combatente - filha. Ausência de comprovação de invalidez quando da maioridade. Extinção da cota-parte. Sentença de interdição tem carga eficaz preponderantemente constitutiva, sendo assim seus efeitos são sempre e apenas ex nunc, inexistindo fundamento jurídico para atribuir-se efeitos retroativos à decisão. Assim, a invalidez não preexistia à maioridade da autora, com o que não faz jus a mesma à pensão especial, pois em um primeiro momento se tornou maior e capaz, o que por si só retira a condição de dependência econômica exigida pelo § único do art. 5º da Lei nº 8.059/90, para fins de percepção de pensão. Nesse sentido precedente STJ: REsp 677.892/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 17.04.2007, DJ 14.05.2007 p. 373; Lei 8059/90, arts. 5º, III, e 14, II - condição de casada da autora retira sua condição de beneficiária da pensão. Nesse sentido precedente do STJ: Agr nos Edcl no REsp 826483/RS, 5ª Turma, DJ de 17/12/2007, p. 297, Relatora Ministra Jane. Silva); Lei 9494/97, art. 1º, 2º-B; Lei 8437/92, art. 1º, § 3º; Lei 4348/64, art. 5º; Lei 5021/66, art. 1º, § 4º; Lei 9868/99, art. 28 e parágrafo único - inviabilidade de concessão da tutela contra a Fazenda Pública e esgotamento, ainda que parcial, do objeto da ação; vedação de liberação de qualquer recurso ou inclusão em folha sem o anterior trânsito em julgado da sentença.

CPC, arts. 273, *caput*, I e II, § 2º, § 3º; 475, I, 558, 588 - relativos aos requisitos para concessão da tutela, perigo da irreversibilidade do provimento antecipado e execução provisória.

Código de Processo Civil, arts. 20, § 4º, c/c 260, art. 21 - pois os honorários não poderiam ter como base de cálculo o total da condenação, mas tão-somente as parcelas vencidas e um total de 12 parcelas vincendas à época do ajuizamento da ação, face ao caráter de trato sucessivo da relação jurídica. Ademais, diante da sucumbência recíproca deveriam ser compensados os honorários advocatícios.

No mérito, alega a contrariedade aos arts. 2º, 5º, III, 14, III, da Lei n. 8.059/1990; e 331, I, e 1.184 do CPC/1973. Argumenta, no ponto, a ausência de comprovação da condição de beneficiária da pensão requerida.

Declara que (e-STJ, fl. 275):

Assim, a invalidez não preexistia à maioridade da autora nem ao óbito do instituidor, com o que não faz jus a mesma à pensão especial, pois em um primeiro momento se tornou maior e capaz e, ainda casada, o que por si só retira a condição de dependência econômica exigida pelo § único do art. 5º

Superior Tribunal de Justiça

da Lei nº 8.059/90, para fins de percepção de pensão.

Expõe, ainda, que a condição de casada da autora retira sua condição de beneficiária da pensão.

Noutro aspecto, aduz a violação dos arts. 1º e 2º-B da Lei n. 9.494/1997; 1º, § 3º, da Lei n. 8.437/1992; 1º, § 4º, da Lei n. 5.021/1966; 21, *caput*, e 28, parágrafo único, da Lei n. 9.868/1999; 5º, parágrafo único, e 7º da Lei n. 4.348/1964; e 273, *caput*, I e II, §§ 2º e 3º, 475, I, 558 e 588 do CPC/1973. Argumenta, em síntese, não estarem preenchidos os requisitos para a concessão da tutela antecipada.

Insiste ainda na ofensa aos arts. 20, §§ 3º e 4º, c/c o art. 260, e 21, todos do CPC/1973, por entender que a base de cálculo dos honorários deve corresponder às parcelas vencidas e 12 (doze) parcelas vincendas. Ademais, defende que os honorários devem ser compensados ante a sucumbência recíproca.

Por fim, suscita dissídio jurisprudencial, utilizando como paradigma o acórdão proferido no julgamento do Recurso Especial n. 677.892/RJ.

Novo julgamento dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 364-370), novamente rejeitados.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 301-312.

Parecer do Ministério Público Federal pelo conhecimento do recurso especial e parcial provimento, apenas no tocante aos honorários (e-STJ, fls. 444-451).

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pela parte interessada.

Com efeito, a Corte de origem concluiu que: a) estariam preenchidos os requisitos para a concessão da pensão requerida, ante a invalidez anterior ao óbito do instituidor da pensão e a irrelevância do estado civil da autora; b) há presença de todos os requisitos para a concessão da tutela de urgência; c) a base de cálculo dos honorários está de acordo com o art. 20 do CPC/1973.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em

Superior Tribunal de Justiça

questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA, COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, in casu, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008.

[...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

No que se refere aos requisitos para a concessão da pensão, adoto o parecer do Ministério Público Federal como razão para decidir, notadamente no que diz respeito à incidência da Súmula 7/STJ para rever a data da invalidez da autora e da impertinência do seu estado civil para o caso.

Confira-se (e-STJ, fls. 448-450):

13. No mérito, a controvérsia jurídica lançada nos autos diz respeito à concessão de benefício de pensão por morte a beneficiária, maior de idade, em decorrência de invalidez.

Superior Tribunal de Justiça

A matéria foi bastante enfrentada pelo Tribunal da Cidadania.

14. A Lei 8.059/90, ao tratar da pensão especial devida aos combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes, assim dispõe:

Art. 5º Consideram-se dependentes do ex-combatente para fins desta lei:

I - a viúva;

II - a companheira;

III - o filho e a filha de qualquer condição, solteiros, menores de 21 anos ou inválidos;

IV - o pai e a mãe inválidos; e

V - o irmão e a irmã, solteiros, menores de 21 anos ou inválidos.

Art. 10. A pensão especial pode ser requerida a qualquer tempo.

Art. 17. Os pensionistas beneficiados pelo art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, que não se enquadrarem entre os beneficiários da pensão especial de que trata esta lei, continuarão a receber os benefícios assegurados pelo citado artigo, até que se extingam pela perda do direito, sendo vedada sua transmissão, assim por reversão como por transferência.

15. Consoante estabelecem os dispositivos legais acima transcritos, são considerados dependentes do ex-combatente falecido o filho ou filha em qualquer condição, solteiros e menores de 21 (vinte e um) anos, ou inválidos.

16. Sabe-se que, não obstante o art. 10 da referida lei faça previsão expressa de que "A pensão especial pode ser requerida a qualquer tempo", os requisitos para sua concessão deverão ser preexistentes ao óbito do instituidor do benefício. Nesse sentido se firmou o entendimento desse eg. Tribunal. Confira-se:

“PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO ESPECIAL. MILITAR. FILHO MAIOR. INVALIDEZ PREEXISTENTE AO ÓBITO DO INSTITUIDOR DO BENEFÍCIO. REQUISITOS ATENDIDOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Defende-se no recurso especial que o recorrido não demonstrou o preenchimento das condições de invalidez antes de alcançar a maioridade ou antes do óbito do instituidor da pensão, razão pela qual não faria jus ao benefício. Todavia, o Tribunal de origem adotou entendimento conforme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que, em se tratando de filho inválido, a concessão da pensão por morte depende apenas da comprovação de que a invalidez é anterior ao óbito do instituidor do benefício, o que se verificou no caso em exame.

[...] 2. Agravo regimental não provido.” (Segunda Turma – AgRg no AREsp nº 33.521/RS. Rel. Min. Mauro Campbell Marques.

Julg. em 18.10.2011. DJ e 24.10.2011)

MOMENTO DO ÓBITO. JURISPRUDÊNCIA REMANSOSA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a aferição da qualidade de dependente do postulante ao benefício pensão por morte deve ser aferida no momento do óbito.

Superior Tribunal de Justiça

2. O Tribunal de origem, soberano na análise das provas, consignou que a invalidez é anterior ao óbito do instituidor da pensão por morte.

3. Nesse sentido, os argumentos utilizados para fundamentar a pretensão trazida no recurso especial somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame de matéria fática, o que é vedado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.” (Segunda Turma – AgRg nos Edcl no AREsp nº 821.543/SP. Rel. Min. Mauro Campbell Marques. Julg. em 19/4/2016. DJe 26/4/2016)

17. Na hipótese dos autos, verificou-se nas vias ordinárias que Lea Myriam Ferreira Antunes apenas comprovou sua condição de interditada – porque reconhecidamente inválida total e definitivamente para o trabalho - na data de 10/05/2005 (e-STJ fl.219). Por sua vez, o evento morte do instituidor da pensão ocorreu aos 02/04/2003).

18. No caso, o debate travado nos autos, estabelecidas as indubitáveis bases fáticas, restringiu-se ao momento da configuração da incapacidade – se anterior ou posterior ao óbito. Na espécie, compreendeu o tribunal a quo que tal incapacidade – posta como fato - era prévia ao óbito, constituída em 1994, em decorrência de acidente de trânsito sofrido pela Autora, de sorte que assinalou a Corte regional: “que na data do óbito a autora já perfazia a condição de filha inválida”, e que, in casu, “a condição de inválida da autora se sobrepõe à sua condição de casada”, uma vez que, “para filhos solteiros sadios a pensão se extingue com a maioridade ou casamento, o que vier primeiro, mas para filhos inválidos, e aí desimporta o seu estado civil, só se extingue o direito com a cessação da invalidez ou sua morte”.

19. Dado o contexto, conclui-se que o acórdão objurgado, nesse particular, não merece reforma ou sequer exame, vez que a irresignação enfrenta o óbice posto pela Súmula n. 7 desse STJ, em virtude da análise realizada pela instância de origem.

No tocante à tutela provisória concedida, firmou-se a orientação nesta Corte, na esteira da compreensão adotada pelo Supremo Tribunal Federal, de que a legislação que veda a concessão de tutela antecipada ou liminar não se aplica às causas previdenciárias.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA O INDEFERIMENTO DE LIMINAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA, PARA REAJUSTAR PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535, I E II, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 15 DA LEI 10.887/2004. QUESTÃO DE MÉRITO AINDA NÃO JULGADA, EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. ART. 480 DO CPC/73. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. ART.

7º, § 2º, DA LEI 12.016/2009. SÚMULA 729/STF. IMPEDIMENTO LEGAL NÃO VISLUMBRADO, PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgou recurso interposto contra decisão que inadmitira Recurso Especial, manejado contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, que, por sua vez, negara a liminar, em Mandado de Segurança, para reajustar pensão previdenciária.

II. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535, I e II, do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

III. Consoante reiterada jurisprudência desta Corte, não é cabível Recurso Especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa que, em liminar ou antecipação dos efeitos da tutela, é tratada, pelo Tribunal de origem, apenas sob juízo precário de mera verossimilhança, porquanto, em relação a "tal matéria, somente haverá causa decidida em única ou última instância com o julgamento definitivo, atraindo, analogicamente, o enunciado da súmula 735 do STF: 'Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar'" (STJ, REsp 765.375/MA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 08/05/2006).

IV. O Recurso Especial é manifestamente inadmissível, quanto à ofensa ao art. 480 do CPC/73, invocada nas razões recursais, por falta de prequestionamento, no que tange à tese recursal, pois não foi ela objeto de discussão, nas instâncias ordinárias, sequer implicitamente, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 211/STJ. V. Com efeito, é "firme o entendimento desta Corte de que, nos termos da Súmula 729 do STF, a regra inserta no art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/09, não se aplica às causas que discutem verbas de natureza previdenciária, como as que envolvem proventos de aposentadoria de servidor" (STJ, AgRg no AREsp 459.964/RN, Rel.

Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/02/2017). No entanto, verifica-se que o acórdão proferido pelo Tribunal de origem não vislumbrou o impedimento legal, no exame da liminar, e - na linha do defendido pelo ora agravante - analisou a medida postulada, invocando, inclusive, o teor da Súmula 729/STF, por se tratar de benefício previdenciário.

VI. No caso, deve ser mantida a decisão que negou provimento ao Recurso Especial, por ausência de ofensa ao art. 535, I e II, do CPC/73 e ante o óbice da Súmula 735/STF, quer pelo fundamento da alínea a, quanto da alínea c do permissivo constitucional.

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.046.779/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 23/3/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VERBAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. SÚMULA 729/STF. INAPLICABILIDADE DO ART. 7º, § 2º, DA LEI 12.016/2009. CUMPRIMENTO DA ORDEM CONCEDIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. ART. 2º-B DA LEI 9.494/1997. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.

1. Inicialmente, é firme o entendimento do STJ de que, nos termos da Súmula 729 do STF, a regra inserta no art. 7º, § 2º, da Lei 12.016/2009 não se aplica às causas que discutem verbas de natureza previdenciária, como as que envolvem proventos de aposentadoria de servidor público.

2. O Superior Tribunal de Justiça entende que deve ser dada interpretação restritiva ao art. 2º-B da Lei 9.494/1997, a qual veda a execução provisória de sentença contra a Fazenda Pública, antes que se opere o seu trânsito em julgado, em ações que tenham por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores, devendo ser observadas as hipóteses expressamente definidas na norma.

3. No caso em análise, a tutela antecipada foi concedida para permitir a concessão do benefício previdenciário, ato que não está inserido nas hipóteses impeditivas constantes do artigo 1º da Lei 9.494/1997.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.722.515/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 13/11/2018)

Por fim, em relação à suposta sucumbência recíproca, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO VERIFICADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

2. A revisão das conclusões estaduais - acerca do valor fixado a título de danos morais, bem como em relação à distribuição da sucumbência - demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da

Superior Tribunal de Justiça

aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os acórdãos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.234.878/MG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 30/5/2018)

No entanto, a base de cálculo dos honorários advocatícios devem corresponder, de fato, apenas às prestações vencidas acrescidas de 12 (doze) prestações vincendas, por tratar-se de relação jurídica de trato sucessivo, nos moldes do § 5º do art. 20 do CPC/1973.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, IV e V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, II e III, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe parcial provimento, apenas para estabelecer como base de cálculo dos honorários as prestações vencidas acrescidas de doze prestações vincendas.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator